

TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL

DOCUMENTO PARTICULAR

DOCUMENTO FALSO — NULIDADE DE PROCURAÇÃO - GUARDA - ART. 151/CTN -
DESISTÊNCIA - VENDA DE IMÓVEL - AUSÊNCIA DE CONSENTIMENTO - CANCELAMENTO
DE REGISTRO IMOBILIÁRIO - REINTEGRAÇÃO DE POSSE

EMENTA

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO^a VARA CÍVEL DA COMARCA DE, (qualificação), inscrita no CGC/MF sob o nº, neste ato representado pelo sócio, (qualificação), portador da C.I./RG nº, e inscrito no CPF/MF sob o nº, residente e domiciliado na Cidade de, Estado do, por intermédio de seus procuradores judiciais infra-assinados (conforme procuração em anexo, doc.), inscritos na OAB/... sob os nºs., e respectivamente, com escritório nesta capital, na Rua, conjunto, onde recebem intimações e notificações, vem mui respeitosamente perante V. Exa., propor AÇÃO ORDINÁRIA DE ANULAÇÃO DE ATO JURÍDICO, com fundamento nos artigos 166 incisos I e II e seguintes do Código Civil, e 282 e seguintes do Código de Processo Civil, dentre outras disposições legais aplicáveis a espécie, contra:, (qualificação), portador da Cédula de Identidade de nº e sua esposa, (qualificação), residentes e domiciliados na Cidade de, na Rua, inscritos no CPF/MF sob o nº;, (qualificação), portador da Cédula de Identidade nº e sua esposa, residentes e domiciliados na Cidade de na Rua, inscritos no CPF/MF sob o nº, e, (qualificação), portador da Cédula de Identidade sob o nº, e inscrito no CPF/MF sob o nº, residente e domiciliado na Cidade de, na Rua, o que faz pelos seguintes fundamentos de fato e de direito a seguir expostos: DOS FATOS A Requerente é proprietária e legítima possuidora do lote de terreno sob o nº da quadra "da Planta, medindo m de frente ao fundo, em ambos os lados, confrontando pelo lado direito de quem da rua observa o imóvel com o lote de Indicação Fiscal de propriedade de, pelo lado esquerdo com o lote de Indicação Fiscal de propriedade também de, fechando na linha de fundos com onde confronta com o lote de Indicação Fiscal de propriedade de e sua esposa, de formato retangular, sem benfeitorias, perfazendo a área total de m², Indicação Fiscal nº do Cadastro Municipal da Comarca de", tudo de conformidade com o Compromisso de Compra e Venda, firmado em caráter irrevogável, firmado entre o Autor e a, registrado no Livro sob o nº da Circunscrição da Comarca de, atualmente, de competência da Circunscrição, conforme certidão de Registro do Livro nº sob o nº, (doc. - em anexo). Em, ocorreu o falecimento do Sr., sócio gerente da empresa Requerente, conforme certidão de óbito - (doc. nº - em anexo). Ocorre que, em de de, os Requeridos e suas respectivas esposas, adquiriram o imóvel acima descrito, de propriedade da Requerente, através de um substabelecimento de procuração lavrado em, às fls. do livro, no Tabelionato de Notas de, constando como outorgante a Autora, representada por seu sócio gerente, falecido em, nomeando seu bastante procurador, e tendo como objeto a venda dos lotes nºs. da quadra, e,, e da quadra todos da Planta, situados no Bairro, na Cidade de..., Comarca de O falso outorgado, substabeleceu na pessoa de, os poderes constantes na procuração, através de instrumento lavrado no Tabelião da Comarca de, às fls. do Livro nº, para o fim de vender os lotes nºs.,, e da Planta, sem reserva de poderes, o qual em de de, concretizou a venda aos Requeridos conforme escritura lavrada no Cartório, às fls. do livro Em atos consecutivos o Sr. vendeu o imóvel para, que vendeu para, conforme averbações nºs. e, em data de e, respectivamente, (doc. - em anexo). Quando a Requerente tomou conhecimento das "vendas" imediatamente ingressou com pedido de abertura de Inquérito Policial (a atos nº), perante a^a Distrito Policial da Comarca de, conforme se comprova

com a inclusa certidão (doc. - em anexo). DO DIREITO O artigo 166 do Código Civil dispõe que: "É nulo o negócio jurídico: I - celebrado por pessoa absolutamente incapaz. II - for ilícito, impossível ou indeterminável o seu objeto. IV - não revestir a forma prescrita em lei." Está manifestamente comprovado pela documentação apresentada que houve AUSÊNCIA de consentimento da proprietária, ora Requerente, e de que a procuração assim como o substabelecimento SÃO FALSOS,